



**Tribunal de Justiça
do Estado do Maranhão**

CLIPPING INTERNET

07/07/2018 ATÉ 07/07/2018

INDÍCE

1	DECISÕES	
	1.1 BLOG GLAUCIO ERICEIRA.....	1
2	DESEMBARGADOR	
	2.1 BLOG ATUAL 7.....	2
3	INSTITUCIONAL	
	3.1 BLOG AQUILES EMIR.....	3
4	SINDJUS	
	4.1 BLOG REPÓRTER TEMPO.....	4
5	UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO	
	5.1 BLOG GENIVALDO ABREU.....	5

Licitação

Licitação - Será realizada, em agosto, a primeira licitação compartilhada do Estado na modalidade pregão eletrônico, o que marca o início da racionalização de custos para aquisição de bens e contratações de serviços em órgãos públicos. Os participantes integram o Ecoliga criada em 2016 pelos tribunais de Justiça do Maranhão (TJ), Regional Eleitoral (TRE), Regional do Trabalho TRT), Justiça Federal (TRF), de Contas do Estado (TCE), Ministério Público e universidades Federal (UFMA) e Estadual do Maranhão (Uema).

Duailibe manda Lula regularizar repasse ao FMS de Jenipapo dos Vieiras

O desembargador Ricardo Duailibe, do Tribunal de Justiça do Maranhão, determinou ao titular da Secretaria de Estado da Saúde (SES), Carlos Eduardo Lula, que regularize o repasse dos recursos ao Fundo Municipal de Saúde (FMS) de Jenipapo dos Vieiras, destinado a manutenção do Hospital Municipal Maria Vieira Oliveira.

A decisão é do último dia 25, em concessão de mandado de segurança, com pedido de liminar, e alcança também a chefe do Departamento de Contratos e Convênios da SES, Ana Paula de Alencar Vasconcelos Gouveia.

Construído e entregue governo Roseana Sarney, do MDB, como parte do programa Saúde é Vida, a unidade teve o repasse mensal de recursos públicos suspenso pelo governo Flávio Dino, do PCdoB, desde dezembro do ano passado, em contrariedade ao firmado entre as partes por meio de Termo de Adesão que instituiu o Incentivo Estadual de Qualificação da Gestão Hospitalar (IEQGH), e comprometendo toda a prestação de saúde essencial à população da cidade.

A alegação para o corte da verba, segundo a SES, teria sido a ausência de Certidão de Tributos Federais e da Dívida Ativa da União, e de declaração/extrato atualizado do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (Siops).

Apontando ato ilegal e abusivo de Carlos Lula e Ana Paula Gouveia, o município de Jenipapo dos Vieiras impetrou o MS, justificando que, em se tratando de transferência voluntária destinada à saúde, o descumprimento da exigência feita pela SES ? que teria sido ocasionada em razão de dívidas deixadas pela gestão municipal anterior ?, não pode servir de obstáculo para a celebração de convênios ou ensejar a suspensão dos repasses.

Além disso, uma certidão obtida pela Prefeitura Municipal de Jenipapo dos Vieiras junto ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) do Maranhão comprova que a gestão Moisés Ventura estaria cumprido os percentuais mínimos exigidos pelo Texto Constitucional aplicados na educação e saúde, dentre outros índices, informações e aspectos referentes à aplicação financeira do município.

Diante da, segundo Duailibe, demonstrada ilegalidade do titular e da chefe do Departamento de Contratos e Convênios da SES, o desembargador decidiu conceder a liminar.

Os autos seguem agora, por determinação do magistrado, para a Procuradoria Geral de Justiça (PGJ), para emissão de parecer.

Desembargador Froz Sobrinho visita APAC e Instituto Resgate

06/07/2018 04:00:00

O coordenador-geral da Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Tribunal de Justiça do Maranhão (UMF/TJMA), desembargador Froz Sobrinho, visitou, em Itapecuru-Mirim, o Instituto Missionário Resgate - centro de tratamento de dependentes químicos - acompanhado da juíza titular da 2ª Vara da Comarca, Mirella Cezar Freitas (madrinha da instituição), do juiz Fernando Mendonça e de servidores do Poder Judiciário.

O Instituto Missionário Resgate, inaugurado em 2015, possui trabalho voltado para a reinserção do cidadão usuário de drogas na sociedade, que busca, voluntariamente, tratamento para dependência química.

Durante a visita, o desembargador Froz Sobrinho foi homenageado pelos residentes com uma placa, e a juíza Mirella Cezar Freitas foi presenteada com uma poesia.

APAC - Na Comarca, o desembargador também visitou a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC), onde verificou as atividades realizadas no local, voltadas à promoção e valorização do ser humano e a conscientização sobre o processo de recuperação dos apenados. No local, o desembargador Froz Sobrinho, em sua segunda passagem pela instituição, recebeu uma homenagem dos recuperandos pelo apoio incondicional concedido ao método APAC.

Presidente do TJMA cassa liminar que determinava reabertura de Rádio no Parque Vitória

Antes aliados, prefeito e empresário travam guerra judicial.

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, tornou sem efeito decisão do juiz Celso Orlando Aranha Pinheiro Júnior, titular da 1ª Vara Cível da Comarca de São José de Ribamar, que determinava a reabertura da Rádio Via Cabo Itapiracó, localizada no Parque Vitória, bairro ribamarense localizado na chamada região limítrofe com a capital São Luís.

José Joaquim atendeu (veja [Aqui](#) a sentença) mandado de segurança impetrado pela gestão do prefeito Luis Fernando Silva (PSDB), que trava uma guerra silenciosa com o empresário Manoel Michel João Pinheiro, proprietário da Itapiracó.

O veículo de comunicação, que já opera há mais de 15 anos no município, foi interditado em março por funcionários da Secretaria Municipal da Receita e Fiscalização Urbanística, que justificaram o ato alegando inadimplência por parte do empresário.

Presidente da Associação das Sonorizações Via Cabo do Maranhão (Assovima), Manoel Michel é, hoje, desafeto político de Luís Fernando.

Em um passado recente, eles eram aliados. Prova disso e que nos dois primeiros mandatos do prefeito (2005/08 e 2009/10), a Rádio Itapiracó funcionou sem sofrer nenhum tipo de retaliação por parte do poder público municipal.

O empresário também é um dos líderes de um movimento que trabalha pela emancipação de uma área que compreende pelo menos 30 bairros ribamarenses situados na região limítrofe.

Estas localidades, segundo o movimento, não recebem a atenção devida por parte da gestão do tucano e, por conta disso, devem ser juntadas para que seja criado um novo município, já denominado de Vitória do Araçagi.

A assessoria jurídica de Manoel Michel recorrerá da decisão do presidente do TJMA e, caso seja necessário, irá até as instâncias judiciais superiores.

Regulamentação - No mês passado, o governador Flávio Dino (PC do B) sancionou lei que regulamenta o serviço de rádio poste no Maranhão.

A medida beneficiou diretamente cerca de 100 rádios em todo o estado. Além de condições de trabalho, ela oferece direitos já garantidos legalmente, como destacou o governador.

"A sanção dessa lei ajuda para que mais pessoas tenham voz, e o projeto se preocupou em oferecer garantias aos usuários e destinatários das programações veiculadas por essas empresas, na medida em que não será possível veicular conteúdo inconstitucional ou que fira a dignidade da pessoa, de quem quer que seja", disse.

A lei sancionada trata da regulamentação do serviço de Publicidade Alternativa de Linha Modulada, transmitida via equipamentos sonoros. Ele ficou conhecido como rádio poste porque funciona comumente por meio de alto falantes fixados nessas estruturas.

São centenas de comunidades em regiões rurais conectadas apenas pelo serviço, que oferece informações que chegam a vilarejos, distritos, fazendas e comunidades carentes.

O post [Presidente do TJMA cassa liminar que determinava reabertura de Rádio no Parque Vitória](#) apareceu primeiro em [Blog do Gláucio Ericeira](#).

Anibal Lins protocola o pedido de candidatura ao Governo e gera novo foco de crise na relação do PT com Flávio Dino

Anibal Lins (camisa branca), formaliza pré-candidatura a governador do Estado na presença do presidente Augusto Lobato e do ex-presidente Raimundo Monteiro

O braço maranhense do PT ainda não consolidou o projeto de aliar-se ao PCdoB em torno da candidatura do governador Flávio Dino à reeleição, em que pese a posição já definida pela direção do partido no estado e pela cúpula nacional petista. O mais novo movimento revelador dessa indefinição foi a formalização, ontem, junto à direção estadual, da pré-candidatura do presidente do Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão (Sindjus), Anibal Lins, ao Governo do Estado. Anibal Lins divulgou também uma "Carta aberta aos militantes e dirigentes do PT do Maranhão", na qual justifica sua iniciativa argumentando ser ela um contrapeso ao fato de o governador ter "abandonado" a pré-candidatura do ex-presidente Lula da Silva (PT) para "apoiar" a pré-candidatura de Ciro Gomes (PDT). "Entendo que, se o PCdoB não apoiar, desde o primeiro turno, a candidatura do Presidente Lula à Presidência do Brasil, nas eleições do 07 de Outubro deste ano, não teremos mais qualquer obrigação de reciprocidade no apoio ao candidato do PCdoB ao governo do Maranhão, Flávio Dino", declara o presidente do Sindjus na sua Carta aos petistas.

Ninguém duvida de que a esmagadora maioria dos petistas maranhenses está alinhada ao projeto de reeleição do governador Flávio Dino. Como também é verdadeira a informação segundo a qual alguns grupos que integram o partido insistem na reivindicação de espaço na chapa majoritária da aliança dinista, fragilizando o entendimento já acerto pelo qual o PT reconhece que a chapa majoritária da aliança dinista já está definida com as candidaturas do vice-governador Carlos Brandão (PRB) à reeleição, e as dos deputados federais Weverton Rocha (PDT) e Eliziane Gama (PPS), ao Senado, e consolidada após ampla articulação que envolveu todos os partidos, sem, portanto, qualquer possibilidade de uma reversão, embora se saiba que em política nada é definitivo até que as convenções decidam e as urnas falem.

Um dos mais destacados militantes do PT maranhense, reconhecido por sua longa e consistente trajetória no comando do Sindjus, Anibal Lins entra na guerra sucessória como um fator de pressão ao governador Flávio Dino com o objetivo de incluir o PT na chapa majoritária da aliança dinista. O argumento de que a pré-candidatura proposta ontem é uma reação à posição do governador em relação à corrida presidencial não faz muito sentido. Para começar, o governador Flávio Dino foi um dos primeiros líderes de expressão na esquerda a defender a candidatura do ex-presidente Lula, mesmo com ele preso. Depois com a autoridade de ex-juiz federal e de um dos mais importantes líderes do seu campo ideológico, Flávio Dino avaliou, como muitos outros, que na impossibilidade de Lula da Silva vir a ser candidato, o caminho mais coerente da esquerda moderada é unir suas forças em torno de um candidato, que poderá ser o pedetista Ciro Gomes ou o petista Fernando Hadade, nome preferência do ex-presidente, que está preso.

Nesse contexto, é natural que o PT, com o cacife que tem como partido, pressione o governador para viabilizar projeto de emplacar um nome na chapa majoritária da aliança governista. Mas fazê-lo registrando uma pré-candidatura ao Governo do Estado é quase uma declaração de guerra a um aliado de primeira hora, que jogou todo o peso do seu prestígio e correu todos os riscos políticos atuando na linha de frente da defesa do mandato da presidente Dilma Rousseff (PT) e no front da dura reação à condenação e a prisão do ex-presidente Lula da Silva. Afinal, Anibal Lins sabe que confirmar o gesto pode abrir uma frente de crise que em nada

beneficia o PT, e que a possibilidade de viabilizar política e eleitoralmente uma candidatura ao Governo do Estado no cenário atual com esse objetivo é como disparar um tiro no próprio pé.

As observações não invalidam a legitimidade política do gesto do sindicalista Anibal Lins, que é um político experiente e deve saber onde pisa. Mas também não o protegem de uma reação dura por parte dos aliados, que já têm a aliança e as candidaturas majoritárias com o fatos consumados.